

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.888 - SC (2019/0318855-8)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : MANUELA TECILLA DA SILVA
ADVOGADOS : ORIDIO MENDES DOMINGOS JUNIOR - SC010504
LUCAS QUEIROZ FERNANDES - SC040778
RECORRIDO : ECO MIX FRANQUIAS TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
LTDA
ADVOGADOS : ARAMIS CABEDA FARIA - SC015739
RAFAEL BENEDET CAMISÃO - SC015202

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO PARA RETIRADA DE CONTRATO ACOSTADO AOS AUTOS. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA.

JUNTADA DE DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE A QUALQUER MOMENTO, PORQUANTO SE TRATA DA PERMANENTE BUSCA PELA VERDADE REAL. DESTINATÁRIO FINAL DA PROVA QUE É O ESTADO JUIZ. NECESSIDADE, PORÉM, DE POSSIBILITAR A TODOS OS LITIGANTES A MANIFESTAÇÃO A RESPEITO DO TEOR DO DOCUMENTO. ART. 435 C/C ART. 437, §1º, DO CPC. RAZOABILIDADE DA JUNTADA A DESTEMPO, MESMO QUE SE TRATE DE DOCUMENTO ESSENCIAL.

Recurso conhecido e desprovido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, aponta a recorrente existência de dissídio jurisprudencial, além de violação do artigo 320, 434 e 435 do Código de Processo Civil. Sustenta a preclusão temporal do documento apresentado pela ré após a contestação.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 155156, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

No tocante ao documento apresentado pela recorrente, o Tribunal de origem assim dirimiu a controvérsia (fls. 95-96, e-STJ):

Conforme já abordado anteriormente, apesar dos termos que regem a matéria relativa à juntada de documentos, é fato que a finalidade do processo é a busca pela verdade real, a qual se presta a convencer o julgador - destinatário da prova - a respeito do que realmente aconteceu.

Assim sendo, questão processual referente à juntada tardia de documento que, em tese, mostra-se indispensável para a propositura da demanda ou para a defesa, em princípio, não pode se sobrepor ao mérito a ser resolvido pela jurisdição.

Data venia, entender de forma diversa é primar pela forma em detrimento ao direito substantivo, que é a busca fim do Estado Juiz.

Assim sendo, mesmo que se admita que o documento que se busca excluir seja essencial/indispensável para o ajuizamento da lide (art. 320 do CPC), a regra contemplada no art. 435 do CPC deve ser apreciada juntamente com a regra do art. 437, §1º, do CPC, a qual permite ouvir a parte contrária sobre o que for apresentado.

(...)

Assim, sendo, observada a ampla ciência de todos os litigantes a respeito do que foi juntado aos autos, não há razoabilidade em determinar a exclusão de documentos que possam auxiliar na resolução do feito, independente de a quem possa ser beneficiado.

Com efeito, considerando a moldura fática delineada pelo Tribunal de origem, em especial observância do contraditório e inexistência de má-fé, verifico que o acórdão recorrido se encontra em harmonia com a jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, cuja orientação é de que *"é admitida a juntada de documentos, em outras fases do processo, até mesmo na via recursal, desde que respeitado o contraditório e inexistente a má-fé"* (AgInt no REsp 1.625.029/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 13/3/2018). Confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO RECURSO ESPECIAL E NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA

RECURSAL DA DEMANDADA.

1. Para alterar as conclusões contidas no decisum e acolher o inconformismo recursal no sentido de verificar se os documentos a que se refere o Tribunal local são considerados novos ou não, bem assim se foram considerados para a resolução da controvérsia, seria imprescindível a incursão no conjunto fático e probatório dos autos, providência que atrai o óbice estabelecido pela Súmula 7 do STJ.

Precedentes. 1.1. Ademais, a jurisprudência desta Corte Superior admite a relativização da regra do artigo 396 do CPC/73 (atual 434 do CPC/15), predominando o entendimento de que, inexistindo má-fé ou intenção de surpreender o juízo, é possível a juntada de documentos aos autos a qualquer tempo, desde que não sejam os indispensáveis para a propositura da ação e que tenha sido respeitado o contraditório. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1788165/MA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 6/9/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL.
ANULATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRATAMENTO DERMATOLÓGICO. PEELING. ESTÉTICA.
RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MATERIAL, MORAL E ESTÉTICO. CONFIGURAÇÃO. MATÉRIA. PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTO. ART. 397 DO CPC/1973. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 83/STJ.

1. (...)

2. (...)

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte, é possível a apresentação de prova documental em outra fase do processo, desde que respeitado o contraditório e não tenha ocorrido a má-fé.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1624475/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 2/2/2018)

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora